

O mundo de Putin e a invasão da Ucrânia

Diana Soller | *NOVO Semanário* | 27 de março de 2022

Passou um mês desde o início da invasão da Rússia à Ucrânia.

O Kremlin invadiu um Estado soberano e violou o seu direito à integridade territorial e à segurança dos cidadãos (sem falar de eventuais crimes de guerra). Do meu ponto de vista, não há dúvidas quanto à ilegalidade e ilegitimidade deste conflito. Mas já que esta guerra, ainda tão curta, mudou o mundo, é importante percebermos como chegámos aqui. A Rússia é hoje um inimigo declarado do Ocidente. E, como disse Sun Tzu, numa adaptação livre, para combater um inimigo é preciso, primeiro, conhecê-lo.

Há pelo menos duas ideias que já ficaram claras: a primeira é que o mundo mudou radicalmente e não vai voltar a ser o que foi; a segunda é que, como repete Volodimir Zelenski vezes sem conta, há uma nova divisão que, por enquanto, se disputa no território ucraniano. Não é uma divisão em linha recta, é uma divisão ideológica em que, de um lado, o liberalismo teima em tentar sobreviver perante uma guerra aberta na Europa, onde achámos que este tipo de intervenção já tinha caducado, e o renascimento de um nacionalismo reaccionário e expansionista desafia a ordem ocidental.

Ainda é cedo para percebermos se as “autocracias”, para usar as palavras de Joe Biden, vão apoiar-se através de um movimento com o prefixo “pan” (as três letras que tornam o nacionalismo perigoso), mas sabemos que o sentido de legitimidade ocidental e o sentido de legitimidade da Rússia são diferentes e incompatíveis. E também podemos identificar os três momentos essenciais de mudança em Moscovo em que a sua mundivisão se transformou de modo a tornar esta invasão possível.

O primeiro momento foi a Conferência de Segurança de Munique de Fevereiro de 2007. Vladimir Putin foi convidado a discursar e usou o momento para anunciar que a Rússia iria mudar a sua política externa. Declarou que os Estados Unidos “criaram um mundo unipolar onde existe apenas um senhor soberano”, com capacidade de subverter as regras do sistema internacional a seu favor de forma “perniciosa”. Putin declarou ainda que “a ordem liberal internacional norte-americana” e a “arquitectura de segurança europeia” não eram compatíveis com o interesse nacional russo. De uma penada, afirmou que a Federação Russa iria tornar-se agente de transformação rumo a um mundo multipolar (em que Moscovo seria uma grande potência), posicionando-se implicitamente como um Estado antiocidental que iria esforçar-se por corroer a integridade europeia e atlântica que, acreditava, se tinha constituído, no pós-Guerra Fria, contra a Rússia.

Se alguém acreditava que era apenas retórica, pouco mais de um ano depois, esta estratégia começa a concretizar-se com a invasão da Geórgia em 2008, seguida da enunciação da doutrina Medvedev - o segundo momento de transformação. Esta transportava a Rússia para o século XIX e para a ideia de que as “grandes potências” têm direitos de legitimidade e deveres de criação de ordem. Esta visão do direito internacional postula obrigações de manter o equilíbrio de poder sem entrar em confronto com outras potências, mas, para isso, cada uma tem direito a uma esfera de influência (aquilo a que a Rússia chama “países onde tem interesses privilegiados”). Da mesma forma, têm o direito de usar a força para manter a ordem na sua vizinhança (a “dignidade dos cidadãos”, nas palavras de Medvedev) sem terem de se justificar perante Estados terceiros. A manutenção da ordem passa pelo recurso aos conflitos armados de cada vez que as potências pensarem ser imprescindível. A Guerra da Geórgia de 2008 foi a primeira sob estas regras; depois, a Guerra da Ucrânia em 2014 e o conflito no Donbass, congelado desde 2015, que muitos pensaram seria a terceira guerra nestes moldes. Quando Putin menciona o direito internacional é a este conjunto de valores que se refere. Nada tem a ver com a Carta das Nações Unidas ou as agendas mais liberais de protecção do indivíduo em voga nos anos 1990. O terceiro momento começou a preparar-se desde que Putin tomou o poder, mas teve uma expressão mais forte e pública a partir de 2012, quando iniciou o terceiro mandato. Trata-se de um nacionalismo conservador, inspirado em Alexander Dugin, que assenta em dois eixos: a recuperação da grandeza russa, encapsulada num sentimento de superioridade civilizacional, que naquele imaginário só pode ser reposta por Putin devido à relação “única” das “massas russas com o seu líder” e a um profundo ressentimento com a “civilização ocidental decadente”, que, ainda assim, tudo faz para impedir a ascensão russa. Daí nasce um profundo ressentimento - partilhado pela população - que só terminará quando a Rússia realizar os seus intentos de se tornar grandiosa, à maneira czarista. Estes valores legitimam a expansão para uma unidade nacional (também imaginada) que comanda este nacionalismo. “Para o Kremlin, o simples facto da independência ucraniana representa um desafio existencial que tem de ser resolvido”, explica Serhii Plokhy, um dos mais proeminentes historiadores daquela região.

Estas três transformações - o nacionalismo expansionista, o direito das grandes potências e o profundo sentimento antiocidental - legitimam a invasão da Ucrânia, vista como parte integrante da Rússia, especialmente desde a sua viragem para o Ocidente. Assim, a invasão deste Estado e o desafio indirecto aos Estados Unidos eram inevitáveis. Como é que tudo isto nos escapou? Estávamos atentos a outras latitudes. Mas, agora que o mundo mudou, é preciso sabermos o que temos pela frente. E, como se vê, não são tempos nada fáceis.

<https://onovo.pt/senado/o-mundo-de-putin-e-a-invasao-da-ucrania-GB10221052>